

Princípios da Tutela Penal dos Interesses ou Direitos Difusos

Gianpaolo Poggio SMANIO*

• **SUMÁRIO:** 1 Os interesses ou direitos difusos e sua proteção penal. 2 Conceito de bem jurídico penal difuso. 3 Dignidade penal e carência de tutela penal dentro de uma visão criminológica. 4 Relevância e necessidade da tutela penal dos bens jurídico-penais difusos. 5 Princípios da tutela penal dos interesses ou direitos difusos. 5.1 Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 5.1.1 Princípio *societas delinquere non potest*. 5.1.2 Responsabilização da pessoa jurídica por meio de medidas especiais. 5.1.3 Reconhecimento da responsabilidade penal da pessoa jurídica. 5.1.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica no direito brasileiro. 5.1.5 Responsabilização pessoal do representante e teoria do "atuar por outro". 5.1.6 Responsabilidade do representante no Direito brasileiro. 5.2 Possibilidade de transação penal e suspensão condicional do processo. 5.3 Transação penal e suspensão condicional do processo para os crimes contra bens jurídico-penais difusos no Direito brasileiro. 5.4 Aplicação das penas alternativas. 5.5 Aplicação das penas alternativas para os crimes contra bens jurídico-penais difusos no Direito brasileiro.

• **RESUMO:** Propomos uma tríplice classificação dos bens jurídico-penais. a) Os bens jurídico-penais de natureza individual, que são os referentes aos indivíduos, dos quais estes têm disponibilidade, sem afetar os demais indivíduos. São, portanto, bens jurídicos divisíveis em relação ao titular. Citamos como exemplo a vida, a integridade física, a propriedade, a honra etc. b) Os bens jurídico-penais de natureza coletiva, que se referem à coletividade, de forma que os indivíduos não têm disponibilidade sem afetar os demais titulares do bem jurídico. São, dessa forma, indivisíveis em relação aos titulares. No Direito Penal, os bens de natureza coletiva estão compreendidos dentro do interesse público. Podemos exemplificar com a tutela da incolumidade pública, da paz pública etc. c) Os bens

jurídico-penais de natureza difusa, que também se referem à sociedade como um todo, de forma que os indivíduos não têm disponibilidade sem afetar a coletividade. São, igualmente, indivisíveis em relação aos titulares. Ocorre que os bens de natureza difusa trazem uma *conflituosidade social* que contrapõe diversos grupos dentro da sociedade, como na *proteção ao meio ambiente*, que contrapõe, por exemplo, os interesses econômicos industriais e o interesse na preservação ambiental, ou na *proteção das relações de consumo*, em que estão contrapostos os fornecedores e os consumidores, a *proteção da saúde pública*, enquanto referente à produção alimentícia e de remédios, a *proteção da economia popular, da infância e juventude, dos idosos* etc. A realidade da vida social contemporânea demonstra a importância dos interesses difusos para o convívio em sociedade, daí a necessidade de sua proteção penal. Apontamos, então, *quatro princípios básicos para a tutela penal dos interesses difusos*: a responsabilidade penal da pessoa jurídica; a responsabilidade pessoal do representante da pessoa jurídica, seja de direito público, seja de direito privado; a possibilidade de transação penal e de suspensão condicional do processo; e a aplicação de sanções penais alternativas.

• **PALAVRAS-CHAVE:** Bem. Jurídico. Penal. Difusos. Coletivos. Princípios. Interesses. Direitos.

1 Os interesses ou direitos difusos e sua proteção penal

No presente artigo procuraremos demonstrar a existência de um bem jurídico-penal de natureza

* Promotor de Justiça de São Paulo e Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, do Complexo Jurídico Damásio E. de Jesus e da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica/SP.

difusa, distinto dos demais, com características próprias. Mostraremos sua relevância e a necessidade de sua proteção penal.

Essa caracterização é fundamental, para que também verifiquemos as mudanças e adaptações necessárias que o sistema penal deverá realizar para oferecer resposta adequada e eficiente para a proteção da sociedade em face da criminalidade na área dos interesses difusos, hoje já acentuada e que, durante este século, deverá ser cada vez mais crescente.

Também proporemos princípios para a efetivação da proteção penal dos chamados interesses ou direitos difusos.

2 Conceito de bem jurídico penal difuso

A existência de uma espécie de bem jurídico de natureza coletiva é reconhecida na doutrina desde a formulação do conceito de bem jurídico. Birnbaum (apud COSTA ANDRADE, 1991, p. 51-53) já reconhecia que a lei penal não mais apenas deveria possibilitar a livre coexistência dos indivíduos, e, sim, servir também de forma imediata a fins sociais. Portanto, classificava os bens e, por consequência, os crimes, em naturais e sociais, uma vez que em seu pensamento os bens em parte já são dados ao homem pela natureza e, por outra parte, como resultado de seu desenvolvimento social.

Por sua vez, Liszt apontava a diversidade de formas dos bens jurídicos, decorrentes da complexidade da própria vida e das coisas, processos e instituições que a integram e nela movimentam-se. Sustentava a existência de portadores individuais dos bens, ao lado de portadores supra-individuais, entre os quais sobressaía o Estado como portador dos interesses coletivos (LISZT, apud ANDRADE, op. cit. p. 66-69).

Jescheck (1993, p. 234.) reputa que os titulares de um bem jurídico podem ser a pessoa individual ou a coletividade e apresenta a seguinte classificação dos bens jurídicos:

Hay bienes jurídicos de la persona individual (bienes jurídicos individuales) (v.g. la vida, la libertad y la propiedad), entre los que forman um subgrupo los bienes jurídicos personalísimos (v.g. la integridad corpo-

ral y el honor), y bienes jurídicos de la colectividad (bienes jurídicos universales) (v.g. la protección de los secretos de Estado, la seguridad del tráfico viario y la autenticidad del dinero).

A evolução da doutrina vem acompanhando o desenvolvimento da Teoria do Bem Jurídico e a perspectiva social do crime, deixando de lado cada vez mais o exclusivo individualismo na concepção do Direito Penal, para reconhecer a importância do sistema social na caracterização do bem jurídico.

Não se trata de ignorar o interesse humano ou personalista na concepção do bem jurídico, conforme já assentamos neste livro, cujas garantias individuais estão constitucionalmente garantidas, mas de reconhecer a evolução social e a importância da manutenção do sistema social, em que os indivíduos encontram sua realização e o desenvolvimento de sua personalidade, para a conceituação do bem jurídico.

Assim, Muñoz Conde e García Arán demonstram a existência de *bens jurídicos individuais*, que afetam de modo direto as pessoas individualmente consideradas, e *bens jurídicos coletivos*, que afetam o sistema social. Como exemplos de bens jurídicos coletivos contam a saúde pública, o meio ambiente, a organização política etc. (MUÑOZ CONDE; GARCÍA ARÁN, 1998, p. 65).

Zaffaroni (1981. t. 3, p. 242), embora entenda que não há diferença qualitativa entre bens supra-individuais e bens individuais, reconhece a existência de *bens jurídicos de sujeito múltiplo*, de forma que um não possa dispor do bem individualmente, sem que afete a disponibilidade de outro.

Conforme podemos perceber, a idéia de bens jurídico-penais que não afetem diretamente aos indivíduos, mas à coletividade de indivíduos e, portanto, interesses de relevância social, já é conhecida e aceita pela doutrina do Direito Penal, com mudanças de enfoque, conforme o momento histórico e a perspectiva da análise de cada doutrinador.

As modificações que o capitalismo e os modelos econômicos vêm enfrentando, bem como do modelo de Estado, diante das relações sociais em que vivemos, têm despertado a doutrina penal para a proteção de interesses que não são individuais,

mas metaindividuais ou pluri-individuais, atingindo amplos setores da população.

Figueiredo Dias (1999, p. 74) demonstra a importância da proteção dos interesses metaindividuais no presente e, principalmente, para o futuro do Direito Penal:

Uma convicção que só se reforçará recusando – como se deve recusar – uma ilegítima restrição da noção de bens jurídico-penais a interesses puramente individuais e ao seu encabeçamento em pessoas singulares, e aceitando antes a plena legitimidade da existência de bens jurídicos transpessoais, coletivos, comunitários ou sociais. É, em meu juízo, no aprofundamento e esclarecimento do estatuto desta classe de bens jurídicos – cujo reconhecimento, de resto, não afetará a natureza em última instância “antropocêntrica” da tutela penal – que reside, no futuro próximo, a tarefa primária da doutrina que continue a fazer radicar a função exclusiva do direito penal na tutela subsidiária de bens jurídicos.

Reconhecida a existência dos bens jurídico-penais transindividuais ou metaindividuais, resta caracterizar a distinção entre os bens jurídico-penais coletivos e os bens jurídico-penais difusos, para então definirmos estes últimos e analisarmos as consequências penais da tutela dos interesses difusos.

Mir Puig (1998, p. 135) reconhece expressamente a existência e a importância da proteção penal dos interesses difusos na atualidade:

[...] las modificaciones que entretanto há ido experimentando el capitalismo e el modelo de Estado en nuestro ámbito cultural van determinando o exigiendo ciertos cambios en los bienes jurídicos del Derecho penal. En la actualidad va abriéndose paso la opinión de que el Derecho penal debe ir extendiendo su protección a intereses menos individuales pero de gran importancia para amplios sectores de la población, como el medio ambiente, la economía nacional, las condiciones de la alimentación, el derecho al trabajo en

determinadas condiciones de seguridad social y material – lo que se llaman los intereses difusos.

A doutrina penal brasileira também já reconhece a existência de bens jurídicos coletivos e principalmente difusos e sua importância para a tutela penal.

Miguel Reale Júnior (1983, p. 214) aponta a existência de novas áreas no Direito Penal, como a defesa do meio ambiente, da justiça social e das divisas financeiras do País, consistindo em bens jurídicos a serem penalmente tutelados.

Ivete Senise Ferreira (1995, p. 67-68), analisando os crimes ambientais, no mesmo sentido:

Na segunda metade do séc. XX, porém, novos problemas vieram solicitar a atenção do ordenamento jurídico pela constatação de uma progressiva degradação, e por vezes destruição, do meio ambiente, aliada à previsão das consequências catastróficas que isso acarreta para a vida do homem e dos outros seres da natureza, devendo ser por todos os meios obstada para garantir a sobrevivência da própria humanidade.

O Direito Penal, parte integrante desse ordenamento jurídico, não pode assim deixar de oferecer a sua contribuição para essa missão salvadora, justificando-se a sua intervenção não somente pela gravidade do problema e pela sua universalidade, mas também porque o direito ao meio ambiente, na sua moderna concepção, insere-se entre os direitos fundamentais do homem, os quais incumbem tradicionalmente ao Direito penal defender, como última *ratio*.

René Ariel Dotti reconhece expressamente a proteção penal dos interesses coletivos, anotando que parte da doutrina inclui nessa expressão os interesses difusos usados como sinônimos dos coletivos. Entretanto, realiza a distinção entre os interesses difusos e coletivos, acompanhando a visão de Ada Pellegrini Grinover, também no que se refere ao Direito Penal, sem que dessa distinção resultem antagonismos ou

exclusões, ao contrário, são interesses que, em sua visão, se complementam para a proteção penal:

Não obstante, porém, a existência de uma "área de conflitualidade" característica do âmbito dos interesses difusos, as concepções em torno dos fenômenos interesses coletivos e interesses difusos não são excludentes nem antagônicas. Com efeito, existem sempre no território de qualquer um dos interesses coletivos (preservação da vida, da integridade, da saúde, do ambiente, a tutela do consumidor etc.) maiores ou menores núcleos de conflitos e divergências. Ao interesse geral da preservação da saúde pública, por exemplo, se manifestam também outros interesses coletivos como ocorre na limitação e expansão da propaganda e de fabricação de cigarros, de bebidas alcoólicas etc. (DOTTI, in: GRINOVER, 1984, p. 69-70).

Salomão Shecaira, ao analisar os efeitos das transformações sociais no Direito Penal, também reconhece o interesse da proteção dos interesses difusos e coletivos:

Quer-se sublinhar que os fenômenos sociais produzem no âmbito jurídico uma relação dialética e interativa: a lei como resultado social, mas também como produtora de modificações. O homem, em seu espírito associativo, e pela utilização das tecnologias, pode, pela primeira vez na história da humanidade, pôr em perigo a própria escala humana, destruir a si próprio e se destruir enquanto espécie. Não é por outra razão que o direito deve dar uma resposta a estas situações, permitindo modificações em alguns de seus dogmas tradicionais. É o direito (e também o direito penal) fruto dessa situação. O interesse de proteção de direitos difusos e coletivos, e principalmente as alterações surgidas no âmbito dos crimes ambientais que conformam essa nova realidade do direito penal, que excepciona determinadas regras, garantem uma certa efetividade do próprio sistema punitivo. (SHECAIRA, in: GOMES, 1999, p. 133)

Conforme a doutrina referida, já está assentada a existência de bens jurídico-penais de natureza coletiva, restando agora efetuar a distinção também para o Direito Penal entre os bens jurídicos coletivos e os difusos, distinção essa que será de enorme valor para a futura perspectiva do Direito Penal, que sofrerá modificações de forma a acolher uma eficaz proteção contra a criminalidade dos interesses difusos.

Os bens jurídico-penais difusos são distintos dos interesses coletivos, no sentido utilizado no Direito Penal. Quando a doutrina penal se refere aos bens jurídicos coletivos, está fazendo alusão ao interesse público, ou seja, aqueles bens que decorrem de um consenso coletivo, em que há unanimidade social de proteção e forma de proteção. Portanto, os conflitos que podem gerar ocorrem entre o indivíduo que pratica o crime e a autoridade do Estado que efetua a punição. Em relação aos bens jurídicos difusos, a conflituosidade de massa está presente em suas manifestações, contrastando interesses entre grupos sociais em sua realização. Dessa forma, o Estado realiza muitas vezes uma intermediação, ou melhor, dispõe uma diretriz para as condutas socialmente consideradas, ao tipificar tais condutas como crime, ou ao não as tipificar, deixando outros ramos do direito realizarem a solução.

Assim, propomos uma tríplice classificação dos bens jurídico-penais:

- a) Primeiramente, os bens jurídico-penais de natureza individual, que são os referentes aos indivíduos, dos quais estes têm disponibilidade, sem afetar os demais indivíduos. São, portanto, bens jurídicos divisíveis em relação ao titular. Citamos como exemplo a vida, a integridade física, a propriedade, a honra etc.
- b) Os bens jurídico-penais de natureza coletiva, que se referem à coletividade, de forma que os indivíduos não têm disponibilidade sem afetar os demais titulares do bem jurídico. São, dessa maneira, indivisíveis em relação aos titulares. No Direito Penal, os bens de natureza coletiva estão compreendidos dentro do interesse público. Podemos exemplificar com a tutela da incolumidade pública, da paz pública etc.

- c) Os bens jurídico-penais de natureza difusa, que também se referem à sociedade em sua totalidade, de forma que os indivíduos não têm disponibilidade sem afetar a coletividade. São, igualmente, indivisíveis em relação aos titulares. Ocorre que os bens de natureza difusa trazem uma *conflituosidade social* que contrapõe diversos grupos dentro da sociedade, como na *proteção ao meio ambiente*, que contrapõe, por exemplo, os interesses econômicos industriais e o interesse na preservação ambiental, ou na *proteção das relações de consumo*, em que estão contrapostos os fornecedores e os consumidores, a *proteção da saúde pública*, enquanto referente à produção alimentícia e de remédios, a *proteção da economia popular, da infância e juventude, dos idosos* etc.

Notamos, enfim, que assim como em face dos aspectos civis da distinção entre os interesses individuais, coletivos e difusos, a diferenciação ocorre por meio do objeto da ação e seu pedido, quando podemos verificar qual das modalidades de interesses está presente, no caso concreto, em relação ao aspecto criminal, igualmente em face do caso concreto, da conduta praticada, é que poderemos afirmar quais dos bens jurídico-penais foram atingidos.

Da mesma forma, existem condutas criminosas que ofendem mais de um bem jurídico-penal, o que só pode ser objeto de verificação diante do fato em concreto e nem sempre por meio da análise do tipo penal.

3 Dignidade penal e carência de tutela penal dentro de uma visão criminológica

A evolução que vem sofrendo o Direito Penal corresponde também às mudanças de enfoque da criminologia, principalmente a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento da chamada *Criminologia Crítica* ou *Criminologia Nova*, que tem influenciado de maneira decisiva o Direito Penal contemporâneo, ao discutir e modificar temas de há muito consagrados e que passam por uma revisão necessária para sua adequação à realidade social.

O enfoque criminal é retirado da pessoa do delinquente e do crime para ser colocado no *sistema de controle social*, entendido como conjunto articulado de instâncias de produção normativa e de estruturas de reação da sociedade.

A ruptura que representa a Criminologia Crítica consiste no abandono do paradigma etiológico-determinista e na substituição do modelo estático de abordagem do comportamento desviante, por um modelo dinâmico e contínuo, em que as normas penais passam a ser vistas de acordo com um pluralismo axiológico.

A principal vertente da Criminologia Crítica é o *labeling approach*, ou *interacionismo*, que parte do princípio de que o comportamento considerado criminoso não tem uma qualidade ontológica, mas que ele é, sim, resultado de uma reação social, ou seja, de uma qualificação dada pelo sistema social.

Por debaixo do problema da legitimidade do sistema de valores recebido pelo sistema penal como critério de orientação para o comportamento socialmente adequado e, portanto, de discriminação entre conformidade e desvio, aparece como determinante o problema de definição do delito, com as implicações político-sociais que revela, quando este problema não seja tomado por dado, mas venha tematizado como centro de uma teoria da criminalidade. (BARATTA, 1999, p. 86).

Dessa perspectiva criminológica, o comportamento considerado desviante ou criminoso será definido com base no senso comum e por meio das instâncias formais do sistema penal.

Daí decorre que é a própria sociedade, por meio de seu sistema social, que define, pautado no critério de relevância social, o que considera crime ou não. De acordo com a relevância penal, ocorrerá a necessidade da tutela penal dos bens jurídicos e a conseqüente tipificação das condutas consideradas criminosas.

Para a criminalização de determinadas condutas e, assim, conferindo a tutela penal para os bens jurídicos, ressalta-se a importância da forma de escolha dos bens jurídicos:

Seja como for [...] pode dizer-se que toda a criminologia atual, na esteira da criminologia crítica, concorda em atribuir relevo decisivo aos mecanismos de selecção. (FIGUEIREDO DIAS, COSTA ANDRADE, 1997, p. 386)

Dos movimentos que o Direito Penal está hoje realizando, a partir dessa visão criminológica renovadora, os dois mais importantes são: a *descriminalização* e a *neocriminalização*.

A *descriminalização* significa a desqualificação de uma conduta como crime. Pode configurar a transformação de um ilícito penal em outro tipo de ilícito, por exemplo, o ilícito civil ou administrativo. É um movimento de abolição do sistema penal, chamado de *abolicionismo penal*. Difere da *despenalização*, que é um processo de redução do direito penal e não de abolição, consistindo na substituição da pena de prisão por outras sanções penais não detentivas.

A *descriminalização* ocorre sempre pelo fato do bem jurídico ofendido haver deixado de ser considerado pelo sistema social como de relevância social merecedora de tutela penal e pode acarretar duas consequências diversas:

- a) a renúncia, por parte do Estado, de controlar a conduta, uma vez que ela deixou de ser considerada negativa ou indesejável, ou pelo fato de o bem jurídico ofendido ter deixado de mostrar a relevância social para a proteção, como, por exemplo, certas práticas sexuais ou a publicidade de certos produtos antes proibida;
- b) o controle da conduta passa para outro ramo do direito, de acordo com as escolhas mais eficazes e menos onerosas para a situação referida, do que a resposta penal.

Figueiredo Dias e Costa Andrade apontam a dignidade penal e a carência de tutela penal como os fundamentos tanto da descriminalização quanto da neocriminalização, num Estado Democrático, em texto que, pela qualidade para a conceituação, merece transcrição ampla:

No contexto do primeiro tipo de sociedade, tem sido sobretudo a partir de dois conceitos

fundamentais que se têm procurado definir os parâmetros da legitimidade da intervenção do direito criminal: o conceito de *dignidade penal* (*Strafwürdigkeit*) e o conceito de *carência* (ou necessidade) *de tutela penal* (*Strafbedürftigkeit*).

Segundo o entendimento praticamente unânime, só assumem *dignidade penal* as condutas que lesem *bens jurídicos* ou, noutros termos, que sejam *socialmente danosas*. [...] O conceito de dignidade penal implica, assim, um princípio de *imanência social* e um *princípio de consenso*. O primeiro significa que não assegurar-se através das sanções criminais a prossecução de finalidades socialmente transcendentais, designadamente moralistas ou ideológicas. O segundo, por seu turno, postula a redução do direito penal ao núcleo irreduzível – se bem que historicamente variável – dos valores ou interesses que contam com o apoio generalizado da comunidade. [...]

A definição duma conduta como socialmente danosa, isto é, lesiva de bens jurídicos cuja integridade é importante, porventura mesmo imprescindível à subsistência da comunidade, não esgota porém o problema da legitimidade da criminalização. A dignidade penal constitui apenas a *legitimação negativa* (Hassemer) sendo suficiente para impor a descriminalização ou contrariar a criminalização *ex novo*, mas não para impor, sequer para legitimar positivamente, a criminalização. Tal só se logrará num segundo momento, em sede de *carência de tutela*. Com esta categoria exprime-se de forma sintética, como assinala Sax, o juízo de que, em relação a determinados comportamentos que directa ou indirectamente lesam bens jurídicos, sendo, portanto, dignos de sanção criminal, esta sanção é também de facto o *único meio para, de forma eficaz, proteger a ordenação comunitária*. Este juízo assenta predominantemente numa investigação criminológica sobre factos que, pela sua frequência, persistência e danosidade, são considerados como problema político-criminal. O conceito de carência de tutela corresponde ao

princípio da *subsidiariedade* do direito penal, princípio segundo o qual o direito penal deve constituir a *ultima ratio* do controlo social.

Por sua vez, a *neocriminalização* significa a qualificação de determinadas condutas como crime. Pode ser derivada de fatos que anteriormente estavam sob a proteção de outros ramos do direito e passaram para a proteção do Direito Penal, ou de fatos que constituem novos fenômenos sociais, considerados dignos de tutela penal.

As transformações pelas quais está passando o mundo e as sociedades contemporâneas têm trazido novos fenômenos e relações sociais, bem como modificado inúmeras relações já existentes. As modificações sociais, políticas, econômicas e culturais levam a mudanças na estrutura jurídica, principalmente no Direito Penal, que tem alargado o campo de sua atuação para a eficácia do controle social.

O progresso tecnológico acarretou uma série de novas situações anteriormente não previstas, em relação ao meio ambiente, ao consumo de massa, à integridade física e moral do homem, à privacidade do indivíduo, ao controle genético e da inseminação, situações essas que exigem uma normatização específica de vários ramos do direito, para proteger os diversos bens jurídicos que podem ser afetados.

O Direito Penal deve dar sua contribuição, para as hipóteses em que a relevância do bem jurídico trouxer a necessidade de sua proteção penal, no âmbito das novas relações sociais.

De outra parte, as modificações histórico-culturais trazem mudanças no conjunto de valores sociais. Essas mudanças axiológicas derivam das intenções em relação ao Estado e à sociedade, como por exemplo, o medo das ditaduras, do holocausto, do terrorismo, enfim, dos crimes contra a humanidade praticados ao longo da história por parcelas da própria humanidade.

Essas mudanças também levam a diferentes concepções dos bens jurídicos, que ganham relevância de acordo com as novas características histórico-culturais, passando a ser bens jurídico-penais, merecedores da específica proteção penal para possibilitar o convívio no seio do sistema social.

Nesta nova perspectiva do Direito Penal, da neocriminalização, encontra-se a tutela penal dos interesses difusos, que será analisada a seguir.

4 Relevância e necessidade da tutela penal dos bens jurídico-penais difusos

Afirmamos como critério de aferição social a relevância do objeto, que se traduz na necessidade de tutela penal. Isso significa que a relevância e a necessidade são decorrências necessárias, como duas faces da mesma moeda. Se o objeto da vida social tem a relevância suficiente para ser um bem jurídico-penal, a necessidade de sua proteção é uma decorrência lógica.

A realidade da vida social na atualidade demonstra a importância dos interesses difusos para o convívio em sociedade. O sistema social, hoje e no futuro próximo, tem nas questões relativas ao meio ambiente, por exemplo, em que os interesses econômicos e a preservação ambiental são muitas vezes contrapostos, um de seus mais sérios problemas. Basta a verificação diária das notícias veiculadas pela imprensa para apurarmos acidentes nucleares, poluição pelas mais diversas substâncias químicas, causando danos que poderão ser irreversíveis, pondo em risco a própria sobrevivência da espécie humana. E assim por diante, nas questões relativas aos mercados econômicos, com as grandes fusões de empresas e o agigantamento de conglomerados de empresas, pondo muitas vezes em risco a liberdade econômica e a livre concorrência; na proteção da infância e da juventude, para que o desenvolvimento de sua personalidade ocorra de acordo com as liberdades e as garantias fundamentais da pessoa humana, o que será seriamente ameaçado com a proliferação da prostituição e da exploração dos menores.

Essas questões meramente exemplificadas demonstram uma gravidade social bem mais elevada do que um furto simples, que é objeto de inquestionável tipificação penal. Daí a relevância ou dignidade penal das agressões aos interesses difusos e a imperiosa necessidade ou carência de tutela penal.

A doutrina também aponta nessa direção.

Ivete Senise Ferreira (op. cit., p. 68) analisa a questão nos seguintes termos:

Por outro lado, o chamamento às soluções penais deve ser prontamente atendido, não bastando para isso a vontade individual do legislador impondo à força uma ordem jurídica, mas é imprescindível a consciência de sua oportunidade e obrigatoriedade por todos os que a ela vão submeter-se.

Essa consciência forma-se num processo histórico em que os conceitos amadurecem, as necessidades evidenciam-se, e os valores ameaçados aglutinam as forças morais da população fazendo-a sentir a conveniência da aceitação de novos padrões de conduta. [...] O despertar da consciência ecológica no mundo moderno, as exigências da comunidade internacional, expressa em "Recomendações" dos organismos internacionais que orientam a adequada proteção das condições da vida sob todas as suas formas, e o acolhimento das mesmas na legislação interna dos países que se sensibilizaram com o problema, vieram a legitimar a atuação do Direito Penal em reforço da proteção já dispensada ou a dispensar nos outros ramos do Direito.

Gilberto Passos de Freitas (1993, p. 310) entende no mesmo sentido:

O direito penal, como é sabido, não pode se manter afastado da realidade social. Deve receber os valores que a consciência social do momento façam por merecer a sua tutela. Em matéria ambiental, tal assertiva não só se faz presente, como se constitui uma necessidade, uma vez que se trata de um direito em evolução permanente, que deve acompanhar os avanços da ciência e da tecnologia.

Reis Bravo (1997, p. 20) salienta que

[...] os interesses difusos encontram tutela em várias acepções: nos âmbitos civil – numa perspectiva de efetivação de responsabilidade contratual ou extracontratual –, administrativa, contraordenacional (e ainda, nalguns domínios, contravencional) e criminal.

Defende o referido autor que a função do Direito Penal é proteger os valores fundamentais da vida em comunidade, possibilitando o livre desenvolvimento e a realização ética da pessoa humana e nessa perspectiva é que se enquadra a proteção dos interesses difusos. Afirma que as respostas do Direito Penal tradicional poderão não se revelar suficientemente adequadas aos dados dessa nova realidade jurídica.

Reis Bravo aponta, ainda, que a tutela penal ocorrerá em coexistência com a tutela contra-ordenacional. Essa tutela contra-ordenacional, existente no Direito português, é reservada para os ilícitos que coloquem em perigo interesses de menor relevância e que são apenas com multa, chamados de ilícitos de mera ordenação social. Ao contrário do ilícito criminal, "onde os interesses a proteger revestem uma dignidade de nível superior" (ibidem, p. 24).

Luiz Antonio de Souza (1999, p. 160-161), em dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica/SP sobre a tutela criminal difusa, assevera:

Deixamos assentado, quando estudamos as "obrigações constitucionais de incriminação", que no caso de a Constituição impor expressamente a criminalização, isso significa que o legislador constituinte, implicitamente, declara, não só a dignidade penal, como também a carência da tutela penal.

Ferreira Monte (1996, p. 279), na mesma linha, assinala a "indubitável dignidade penal dos bens jurídicos ligados ao consumidor nos processos de incitamento ao consumo", mostrando que o legislador constituinte, ao consagrar, no âmbito da Constituição, certos valores ligados ao consumidor como indispensáveis para a própria vida social, demonstra a dignidade penal da proteção a tais valores.

René Ariel Dotti (op. cit., p. 70-75) destaca como interesses que merecem a proteção penal:

a) *o interesse na preservação da vida e da integridade física*. Os novos atentados políticos dirigidos por grupos sectários ou pelo próprio Estado, como é curial nas ditaduras, vêm sofrendo as mais vivas reações desen-

volvidas em cadeia na comunidade, principalmente quando as vítimas ou detalhes da violência são revelados através dos meios de comunicação de massa; b) *o interesse no resguardo da saúde pública*. Os problemas que afetam a saúde pública para além das hipóteses típicas de lesão individual ou coletiva previstas no Código Penal (Tít. VIII, Cap. III) estão sendo objeto de profundas inquietações, com reflexos imediatos no plano jurídico institucional em vias de transformação, ao ponto de se falar com insistência na sistematização de novos ramos jurídicos; c) *o interesse na conservação da liberdade*. Na medida em que o Estado nacional autoritário cede passagem ao Estado social e democrático de Direito, o valor da liberdade do Homem assume matizes de maior densidade, impedindo que em nome do Estado-oficial se cometam violências ao direito de liberdade [...]; d) *interesse no livre desenvolvimento das minorias*. Conforme acentua Zaffaroni, o Direito Penal não tutela os valores em si mesmos e nem os pode impor a ninguém; tutela, isso sim, o direito da maioria a não ser ofendida nesses valores, sem prejuízo de garantir também às minorias que vivam conforme sua própria natureza e destino, sempre que se abstenham de ofender às majorias [...]; e) *o interesse à boa qualidade de vida* [...]; f) *o interesse a um meio ambiente ecologicamente equilibrado* [...]; g) *o interesse à segurança* [...]; h) *o interesse de amparar o consumidor* [...].

Analizada a relevância e a necessidade da proteção penal dos interesses difusos, resta discutir as modificações necessárias no sistema penal para possibilitar sua eficácia nessa proteção, uma vez que o Direito Penal deve adaptar-se para oferecer resposta adequada às novas relações sociais que se apresentam, o que será feito a seguir.

5 Princípios da tutela penal dos interesses ou direitos difusos

Após a conceituação do bem jurídico-penal difuso e a verificação de sua relevância social e a ne-

cessidade de sua proteção penal, passaremos a apontar as bases sobre as quais deve ser realizada a referida tutela penal, tendo sempre em vista as características dos interesses difusos, que tornam diferenciada a criminalidade nessa área e, portanto, deve acarretar mudanças para a adaptação do sistema penal, visando responder com eficácia à nova realidade criminal.

Apontamos, então, quatro princípios básicos para a tutela penal dos interesses difusos: a *responsabilidade penal da pessoa jurídica*; a *responsabilidade pessoal do representante da pessoa jurídica, seja de direito público, seja de direito privado*; a *possibilidade de transação penal e de suspensão condicional do processo*; e a *aplicação de sanções penais alternativas*.

5.1 Responsabilidade penal da pessoa jurídica

A realidade dos crimes econômicos e ambientais em nossa sociedade, com a participação cada vez maior das empresas para sua efetivação, bem como o crescimento econômico e a globalização, acarretando uma verdadeira desnacionalização e principalmente a despersonalização dos fenômenos relativos às pessoas jurídicas trouxeram a discussão mundial sobre a necessidade de sua responsabilização penal.

Este tema é um dos mais relevantes e polêmicos da atualidade do Direito Penal, trazendo diversas formas de abordagem pela doutrina, que primeiramente analisaremos. Dividimos as posições doutrinárias em três: aqueles que não admitem a responsabilização penal das pessoas jurídicas, os que apenas admitem a aplicação de medidas especiais e aqueles que admitem a responsabilização penal.

5.1.1 Princípio *societas delinquere non potest*

O Direito romano não admitia a responsabilização penal da pessoa jurídica, cunhando a expressão supra-referida, que é um dos alicerces do Direito Penal clássico.

No final do século XVIII, impõe-se a *teoria da ficção* de Feuerbach e Savigny, segundo a qual a pessoa jurídica é pura ficção jurídica e como tal não pode ser objeto de autêntica responsabilidade penal, que somente pode recair sobre os reais responsáveis pelo delito, que são os homens por detrás das pessoas jurídicas. Esse pensamento ainda é adotado nos dias de hoje por ampla doutrina.

Os dois principais fundamentos para não reconhecer a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica são a *falta de capacidade de ação e de culpabilidade*.

A doutrina contrária à responsabilização penal desdobra os principais argumentos, apontando o *princípio da personalidade das penas*, ou seja, somente é punível aquele que executou materialmente o ato criminoso, ou o *princípio da individualidade da responsabilidade criminal*, significando que a responsabilidade criminal recai única e individualmente sobre os autores das infrações, ou, ainda, o *princípio da intransmissibilidade da pena e da culpa*, segundo o qual as penas não deverão ultrapassar, em nenhum caso, a pessoa que praticou a conduta, como barreiras insuperáveis para a criminalização dos entes coletivos.

Na doutrina alemã, Jescheck (1993, p. 205) entende nesse sentido:

[...] las personas jurídicas y las asociaciones sin personalidad únicamente pueden actuar a través de sus órganos, por lo que ellas mismas no pueden ser penadas. Además, respecto a ellas carece de sentido la desaprobación éticosocial que subyace en la pena, pues sólo contra personas individuales responsables cabe formular un reproche de culpabilidad, y no contra los miembros del grupo no participantes, o contra una masa patrimonial.

Igualmente, Roxin (1999, t. 1, p. 258-259):

Tampoco son acciones conforme al Derecho Penal alemán los actos de personas jurídicas, pues, dado que les falta una sustancia psíquico-espiritual, no pueden manifestarse a sí mismas. Sólo "órganos" humanos pueden actuar con eficacia para ellas, pero entonces hay que penar a aquéllos y no a la persona jurídica.

Na doutrina italiana, Pagliaro (1998, p. 161):

Anziché parlare di condotta della persona giuridica, basta considerare la condotta della

persona fisica che funge da suo organo (es.: amministratore di società). È sempre una persona fisica, anche se qualificata da un certo rapporto con l'ente, a porre la condotta illecita.

In questo senso può dirsi che le persone giuridiche non sono idonee a compiere una condotta penalmente illecita.

No Direito brasileiro, René Ariel Dotti:

No sistema jurídico positivo brasileiro, a responsabilidade penal é atribuída, exclusivamente, às pessoas físicas. Os crimes ou delitos e as contravenções não podem ser praticados pelas pessoas jurídicas, posto que a imputabilidade jurídico-penal é uma qualidade inerente aos seres humanos. (DOTTI, in: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 1995, v. 11, p. 201)

No mesmo sentido, Duek Marques:

As sanções impostas aos entes coletivos, previstas na nova legislação, não podem ter outra natureza senão a civil ou a administrativa, porquanto a responsabilidade desses entes decorre da manifestação de vontade de seus representantes legais ou contratuais. Somente a estes poderá ser imputada a prática de infrações penais. (DUEK MARQUES, in: *Boletim IBCCrim*, n. 65, edição especial, p. 7, abr. 1998)¹

5.1.2 Responsabilização da pessoa jurídica por meio de medidas especiais

A irresponsabilidade penal da pessoa jurídica encontra outra vertente doutrinária que entende ser necessária uma criação intermediária entre a responsabilidade civil e a responsabilidade penal, para neutralizar a periculosidade que determinadas pessoas jurídicas podem trazer para o sistema social.

¹ DUEK MARQUES, Oswaldo Henrique. A responsabilidade da pessoa jurídica por ofensa ao meio ambiente. *Boletim IBCCrim*, n. 65, edição especial, p. 7, abr. 1998.

Essa posição defende a adoção de *medidas preventivas especiais*, que fariam parte de um

Direito de intervenção, que seria um meio termo entre Direito Penal e Direito Administrativo, que não aplique as pesadas sanções de Direito Penal, especialmente a pena privativa de liberdade, mas que seja eficaz e possa ter, ao mesmo tempo, garantias menores que as do Direito Penal tradicional, para combater a *criminalidade coletiva* [...]²

As *medidas especiais* que seriam aplicadas para as pessoas jurídicas diferem das *medidas de segurança*, aplicadas quando o sujeito manifesta *periculosidade criminal*, ou seja, a capacidade de cometer fatos considerados delituosos, embora não tenha a capacidade penal para responder penalmente por eles mesmos.

Para os defensores dessa visão, a pessoa jurídica não tem capacidade para praticar crime e, portanto, não pode oferecer periculosidade criminal, não sendo cabível em relação a ela a aplicação de medida de segurança.

O direito de intervenção para as pessoas jurídicas é visto no Direito português como *direito de mera ordenação social*, situado entre o Direito Penal e o Direito Civil, em que são possíveis as aplicações de sanções como a multa, por exemplo, mas sem que isso implique sanção penal.

Castro e Souza (1985, p. 113), analisando a questão, defende:

Situando-se, porém, o direito civil e o direito de mera ordenação social no âmbito do eticamente indiferente, compreende-se que a violação das suas normas possa ser levada a cabo, tanto por pessoas singulares, como colectivas, pelo que se lhes poderá reconhecer capacida-

de de acção nestes domínios e negar-lha no direito criminal.

Mir Puig (1998, p. 174) defende que as medidas especiais que podem ser aplicadas às pessoas jurídicas podem ser: a dissolução da entidade, a mera intervenção na empresa, o fechamento desta, a suspensão de suas atividades ou a proibição de realizá-las no futuro.

Reputamos que as medidas especiais, de caráter ordenatório, administrativo ou civil, podem ser utilizadas para a prevenção dos ilícitos praticados pelas pessoas jurídicas, mas são insuficientes para responder à realidade criminal econômica e ambiental de nossos dias, devendo ser aplicadas juntamente com medidas de caráter penal, fazendo parte de um sistema jurídico-penal novo, apto a atuar de forma eficaz no combate à criminalidade contemporânea, à lavagem de dinheiro, à criminalidade organizada etc.

Nesse sentido, a análise de Fausto de Sanctis (1999, p. 45):

Por fim, a responsabilidade civil ou administrativa não pode impedir a responsabilidade penal dos entes coletivos. Em primeiro lugar, porque esse tipo de responsabilidade possui, respectivamente, o escopo de reparar o dano causado ou meramente preventivo (no sentido de se impedir maiores prejuízos à coletividade), enquanto a responsabilidade penal possui o de punir os atos que causam perturbação da ordem pública. Em segundo lugar, não se pode deixar de mencionar a possibilidade de decisões de cunho administrativo serem objeto de ingerências políticas, o que tem levado ao descrédito desse tipo de sanção. Acrescente-se que, dotado o ato administrativo de autoexecutoriedade, não é incomum abusos no exercício desse poder.

5.1.3 Reconhecimento da responsabilidade penal da pessoa jurídica

O Direito Penal tradicional traz conceitos dogmáticos incompatíveis com a responsabilização penal da pessoa jurídica. As noções de conduta e de culpabilidade são formuladas de acordo com a pes-

² HASSEMER, Winfried (apud BITENCOURT, Cezar Roberto. Reflexões sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica. In: GOMES, Luiz Flávio (Coord.). *Responsabilidade penal da pessoa jurídica e medidas provisórias e direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 71.

soa humana, sendo impróprias para as pessoas jurídicas. O Direito penal clássico é feito com a visão individualista, herdada do Iluminismo, como uma limitação ao poder do Estado.

Entretanto, a realidade social em relação à criminalidade vem forçando a superação dos dogmas clássicos, com a adequação do sistema penal para apresentar soluções em face da nova criminalidade econômica, ambiental e, enfim, social.

Klaus Tiedemann (1999, p. 27) analisa a realidade criminal nos diversos países, anotando:

De una parte, la sociología nos enseña que la agrupación crea un ambiente, un clima que facilita y incita a los autores físicos (o materiales) a cometer delitos en beneficio de la agrupación. De ahí la idea de no sancionar solamente a estos autores materiales (que pueden cambiar y ser reemplazados), sino también, y sobre todo, a la agrupación misma. De otra parte, nuevas formas de criminalidad como los delitos de los negocios, en los que quedan comprendidos aquéllos contra el consumidor, los atentados al medio ambiente y el crimen organizado, se instalan en sistemas y medios tradicionales del Derecho Penal ante dificultades tan grandes que una nueva aproximación parece indispensable.

Há necessidade de criarmos um novo sistema teórico, apto a resolver os conflitos supra-individuais existentes na atualidade e que nem sequer são imaginados pela visão tradicional. Diga-se de passagem que a mudança não é exclusiva do Direito penal, mas de todo o Direito, diante dos novos desafios do convívio social.

É um dos principais aspectos da mudança está exatamente no reconhecimento da capacidade penal da pessoa jurídica. Todas as correntes doutrinárias reconhecem a importância da pessoa jurídica na criminalidade dos dias atuais. Desde a efetuação do crime, até sua ocultação, como a lavagem de dinheiro proveniente do tráfico ilícito de entorpecentes, o que constitui, por si só, crime. As diferenças ocorrem apenas quanto à forma de atuação do Direito em face dessa realidade.

Historicamente, a responsabilidade penal da pessoa jurídica foi admitida na Idade Média e por um período da Idade Moderna, especificamente entre os séculos XIV e XVIII. Depois, caiu em desuso, voltando a firmar-se na segunda metade do século XIX, com a *teoria da realidade* de Gierke, em contraposição à teoria da ficção.

Para a teoria da realidade, a pessoa jurídica é um autêntico organismo, realmente existente, ainda que de natureza distinta do organismo humano. A vontade da pessoa jurídica é distinta da vontade de seus membros, que pode não coincidir com a vontade da pessoa jurídica. Assim, a pessoa jurídica deve responder criminalmente por seus atos, uma vez que é o verdadeiro sujeito do delito.

Na esteira de David Baigún (1997, p. 25-59), apontamos o sistema da dupla imputação, como uma das modificações necessárias ao Direito Penal:

Este sistema, que se cobija ya bajo el nombre de doble imputación, reside esencialmente en reconocer la coexistencia de dos vías de imputación cuando se produce un hecho delictivo protagonizado por el ente colectivo; de una parte, la que se dirige a la persona jurídica, como unidad independiente y, de la otra, la atribución tradicional a las personas físicas que integran la persona jurídica.

A adoção do sistema de dupla imputação, na hipótese de delitos praticados pelas pessoas jurídicas, permite que em relação às pessoas físicas não ocorra mudança, continuando o sistema penal tradicional com os conceitos e garantias individuais historicamente fixados. Entretanto, em relação às pessoas jurídicas poderá ser firmado um novo sistema, rápido e eficaz, conforme exige a realidade da criminalidade empresarial.

Partimos do pressuposto de que a pessoa jurídica está apta a praticar ações, independentes das ações das pessoas físicas que a integram. Isto é reconhecido pelo Direito na atualidade, para a responsabilização civil e administrativa da pessoa jurídica. Portanto, o reconhecimento da vontade própria dos entes coletivos já está assentado, restando apenas a discussão da utilização do Direito penal para essa realidade.

Conforme Fausto de Sanctis (op. cit., p. 40):

[...] as pessoas jurídicas possuem vontade própria e se exprimem pelos seus órgãos. Essa vontade independe da vontade de seus membros e constitui uma decorrência da atividade orgânica da empresa.

Conclui-se, portanto, que diante dessa vontade própria é possível o cometimento de infrações, de forma consciente, visando à satisfação de seus interesses.

Consideramos também que a ação praticada pela pessoa jurídica, chamada de *ação institucional*, tem natureza diversa da ação praticada pelos seres humanos. Desse modo, o dolo e a tipicidade devem ser analisados de forma diferenciada.

A ação institucional decorre de um fenômeno de inter-relação, entre cada um dos participantes e a própria instituição, sendo resultado de uma confluência de fatores que é independente da vontade de seus membros ou diretores ou mesmo sócios.

Ainda baseados em David Baigún (op. cit., p. 35), afirmamos que a formação da conduta da pessoa jurídica tem um triplice aspecto: o *normativo*, o *organizacional* e o *interesse econômico*.

A *decisão institucional* é um produto normativo estipulado no estatuto social, de acordo com a legislação vigente em cada país, em que há uma divisão de funções internas, de administração, e externas, de representação, havendo uma fixação de atribuições e responsabilidades. Ou seja, a decisão institucional deverá ser conforme seus estatutos determinarem.

A *organização* está diretamente relacionada com a ordem normativa; entretanto, manifesta-se de forma autônoma, posto que engloba a coletividade humana que integra a empresa, bem como um sistema de comunicação institucionalizado, um sistema de poder e o conseqüente conflito interno, ou seja, o estabelecimento de um sistema de controle interno.

O *interesse econômico* está na gênese das empresas, ou seja, na própria razão de sua formação, constituindo ao mesmo tempo seu objetivo. O que precisamos demonstrar é sua interação com os componentes normativos e organizacionais para a produção da ação institucional.

O interesse econômico da empresa é um fator que está presente nas condutas de todos os indivíduos que integram a instituição, enquanto agentes de sua organização, constituindo o verdadeiro motor da ação institucional. Além disso, o interesse econômico institucional passa a ser independente dos interesses econômicos individuais, no sentido de que a empresa tem um interesse econômico próprio, alienado de seus integrantes. O denominador comum do funcionamento dos mecanismos estatutários normativos e organizacionais é o interesse econômico.

Após essa análise, evidenciamos que a ação institucional existe independentemente da ação das pessoas físicas e tem formação e características próprias e diferenciadas, no âmbito das quais deverá ser analisado o elemento subjetivo, ou seja, o dolo e a culpa, e a conseqüente tipificação da conduta institucional.

João Marcello de Araújo Júnior (1999, p. 89) discorre nesse sentido:

A doutrina inglesa, holandesa e americana, tendo à frente, principalmente, John Vervaele, de Utrecht, sustenta que, se a pessoa jurídica tem capacidade de ação para contratar, tem também capacidade para descumprir, por exemplo, criminosamente o contratado, logo tem capacidade de agir criminosamente. Além do mais, principalmente no que se refere ao Direito Penal Econômico, ilícitos existem em que a lei prevê, exclusivamente a conduta da empresa. É o que acontece, entre outros exemplos, com os crimes contra a livre concorrência. Quem exerce a concorrência desleal é a empresa. A ação da pessoa natural que atua por conta e no proveito dela é expressão do agir da empresa, pois quem pratica a ação é a própria empresa.

Firmada a capacidade de ação da pessoa jurídica, resta estabelecer a possibilidade de imputação penal, ou a *culpabilidade institucional*.

No sistema da dupla imputação, a culpabilidade deve ser vista como a *culpabilidade do fato*. Não há dúvidas quanto à individualidade da culpa

para o Direito Penal, ou seja, cada indivíduo deve ser analisado de acordo com sua situação pessoal, suas circunstâncias pessoais, de acordo com suas diferenças. Entretanto, conforme Shecaira (1999, p. 78):

[...] não se pode deixar de lembrar que essa culpa só existe pelo cometimento de um ato em particular. Na realidade, o ponto de partida da intervenção penal na órbita mais geral do direito é a prática de um fato delituoso previamente descrito em um tipo penal.

A análise do renomado autor continua:

Não há que se negar que, uma vez constatada a culpabilidade em face da lesão a certo bem jurídico protegido pela norma penal, a consequência imediata é a intervenção estatal através da pena. Esta será aplicada – sempre – como uma última instância de controle social, observados os princípios da subsidiariedade e da intervenção mínima, vigentes no Estado Democrático de Direito. O parâmetro para a aplicação da pena é, pois, delimitado pelo próprio princípio da culpabilidade, posto que a pena só há de ser implementada quando necessária e útil. (Ibidem, p. 80)

De acordo com essa visão, a culpabilidade da pessoa jurídica surge sem problemas teóricos, possibilitando ao Direito Penal realizar a imputação aos graves delitos praticados pelos entes coletivos.

João Marcello de Araújo Júnior (op. cit., p. 91-92) ressalta:

A admissão da capacidade de agir conduz, necessariamente, à da capacidade de culpa. Podemos entretanto agregar que a teoria do risco da empresa, conseqüente da culpa na própria organização e atuação, legitima a responsabilidade penal da pessoa jurídica e justifica a atribuição a ela, cumulativa ou isoladamente, do crime cometido por seus representantes em proveito da empresa. É esta a teoria da vantagem econômica, que fundamenta o juízo de reprovação pelo crime. Trata-se, assim, de

uma categoria nova que a jurisprudência portuguesa e as propostas da Comunidade Européia chamam de “responsabilidade própria da empresa” [...]

5.1.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica no Direito brasileiro

A Constituição Federal determinou expressamente, em seu art. 225, § 3º, a aplicação de sanções penais e administrativas às pessoas jurídicas que praticarem condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.

Walter Claudius Rothenburg (1997, p. 24), ao analisar o referido dispositivo constitucional, entende que “O artigo 225, § 3º, é até mais incisivo: para os estritos fins de tutela ao ambiente natural, equiparam-se pessoas jurídicas às físicas, ambas igualmente sujeitas a sanções quer penais, quer administrativas”.

O legislador ordinário está obrigado a estipular as sanções penais cabíveis às pessoas jurídicas que praticarem crimes ambientais, por força da norma constitucional em questão, que adotou importante posicionamento renovador, de acordo com as orientações da Comunidade Internacional.

A Organização das Nações Unidas, em seu VI Congresso para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, reunido em Nova Iorque em julho de 1979, no tocante ao tema do delito e do abuso de poder, recomendou aos Estados-membros o estabelecimento do princípio da responsabilidade penal das sociedades. “Isto significa que qualquer sociedade ou ente coletivo, privada ou estatal, será responsável pelas ações delitivas ou danosas, sem prejuízo da responsabilidade individual de seus diretores.” (SHECAIRA, op. cit., p. 45).

Em relação aos demais crimes praticados pela pessoa jurídica, a Constituição Federal não foi explícita, mas permitiu que a legislação infraconstitucional estipulasse as sanções penais cabíveis, para a chamada criminalidade econômica, conforme a seguinte redação de seu art. 173, § 5º:

[...]

§ 5º – A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujei-

tando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

As sanções penais são compatíveis com as pessoas jurídicas, conforme verificamos, de modo geral, com exceção evidente da pena privativa de liberdade, devendo o legislador ordinário adequar as sanções civis, penais e administrativas à natureza dos entes coletivos, sem que isso prejudique a eventual sanção individual dos dirigentes.

Novamente Walter Claudius Rothenburg (op. cit., p. 20), analisando o referido dispositivo constitucional:

Fora de dúvida, entretanto, que a responsabilidade penal da pessoa jurídica está prevista constitucionalmente e necessita ser instituída, como forma, inclusive, de fazer ver, ao empresariado, que a empresa privada também é responsável pelo saneamento da economia, pela proteção da economia popular e do meio ambiente, pelo objetivo social do bem comum, que deve estar acima do objetivo individual, do lucro a qualquer preço. Necessita ser imposta, ainda, como forma de aperfeiçoar-se a perquirida justiça, naqueles casos em que a legislação mostra-se insuficiente, para localizar, na empresa, o verdadeiro responsável pela conduta ilícita.

O legislador ordinário deu cumprimento à determinação constitucional explícita de reconhecer a responsabilização criminal da pessoa jurídica no que se refere aos crimes ambientais, por meio da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que em seu art. 3º assim dispõe:

Art. 3º – As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício de sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Portanto, nossa legislação ambiental estipulou a responsabilidade criminal da pessoa jurídica no âmbito dos crimes ambientais, determinando para tal responsabilização dois requisitos:

a) *que a decisão sobre a conduta seja cometida por seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado.*

Nesse passo, nossa lei considerou a ação institucional de acordo com sua normatização interna e seu caráter organizacional, conforme expusimos. A decisão deve ser tomada por quem estatutariamente poderia fazê-lo em nome da empresa e seguindo sua determinação organizacional interna.

b) *que a infração seja cometida no interesse ou benefício da pessoa jurídica.*

Mais uma vez, a legislação reputou a ação institucional de acordo com seus caracteres elementares, ao exigir o interesse econômico da empresa como finalidade da conduta infracional praticada.

A jurisprudência já firmou entendimento pela responsabilização da pessoa jurídica em nosso Direito penal, afastando qualquer inconstitucionalidade dos referidos dispositivos legais:

Criminal. Crime Ambiental praticado por pessoa jurídica. Responsabilização penal do ente coletivo. Possibilidade. Previsão constitucional regulamentada por lei federal. Opção política do legislador. Forma de prevenção de danos ao meio-ambiente. Capacidade de ação. Existência jurídica. Atuação dos administradores em nome e proveito da pessoa jurídica. Culpabilidade como responsabilidade social. Co-responsabilidade. Penas adaptadas à natureza jurídica do ente coletivo. Recurso Provido. (STJ, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª Turma, Resp. 564960-SC, DJ 13.06.2005, p. 331).

5.1.5 Responsabilização pessoal do representante e teoria do “atuar por outro”

O sistema penal tradicional, que não aceita a responsabilidade penal da pessoa jurídica, criou

uma forma de amenizar as situações em que, à evidência, haveria a impunidade dos responsáveis pela atuação da pessoa jurídica. Entretanto, a solução encontrada não se limita às hipóteses de responsabilidade da pessoa física em lugar da pessoa jurídica, mas adquiriu contornos independentes, podendo ser utilizada, quer se adote, quer não se admita, a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Inicialmente adotado no Direito Penal alemão – § 14 StGB (JESCHECK, op. cit., p. 207-209), o *preceito de "atuar por outro"*, que significa fundamentalmente a responsabilização penal da pessoa física que atua em representação de outra pessoa física ou de pessoa jurídica pelas condutas delitivas que estas vierem a cometer, hoje também é adotado na legislação penal espanhola (art. 31 do Código Penal) (MIR PUIG, op. cit., p. 176-178).

Analisando o dispositivo legal espanhol, Muñoz Conde e García Arán mostram que, em alguns casos, não é possível punir diretamente as pessoas físicas que atuam em nome das pessoas jurídicas, porque alguns tipos penais exigem determinadas qualidades pessoais, como ser devedor ou ser obrigado a pagar o imposto, por exemplo, próprias da pessoa jurídica e não da pessoa física que atua em seu nome. Por essa razão, o referido dispositivo, adotando a teoria do atuar por outro, amplia a hipótese de punição para aquele que atua em representação da pessoa jurídica.

O texto do dispositivo na legislação espanhola é o seguinte:

El que actúe como administrador de hecho o de derecho de una persona jurídica, o en nombre o representación legal o voluntaria de otro, responderá personalmente, aunque no concurran en el las condiciones, cualidades o relaciones que la correspondiente figura de delito o falta requiera para poder ser sujeto activo del mismo, si tales circunstancias se dan en la entidad o persona en cuyo nombre o representación obre. (MUÑOZ CONDE; GARCÍA ARÁN, 1998, p. 249)

A responsabilização penal dos representantes atinge, por exemplo, nos países referidos, o gerente

de uma sociedade de responsabilidade limitada que, fazendo desaparecer seus bens, impede a execução a que estaria submetida; ou o presidente de uma empresa que infrinja a legislação penal protetora de crianças e adolescentes; ou ainda, o gerente da empresa em crimes falimentares.

Inclui, igualmente, os encarregados dos estabelecimentos, das empresas e da administração pública, aos quais estejam confiadas a direção ou administração dos referidos entes públicos, para sua responsabilização penal pelos atos praticados infringindo o dever de evitar os atos danosos, em nome de tais entidades públicas.

Não se trata de responsabilidade objetiva, posto que um dos requisitos para a ampliação da autoria delitiva, para alcançar os representantes, é o dolo (JABOBS, 1997, p. 724). Deverá existir uma conduta por parte do representante, que poderá ser uma ação ou omissão, desde que assuma a posição de garante, para responder pelo crime praticado.

Em nenhum momento, essa teoria exclui a possibilidade da responsabilização penal da pessoa jurídica, podendo ser adotada em outras legislações que a admitam, trazendo uma nova espécie de co-autoria delitiva entre a pessoa jurídica e a pessoa física que atua como representante.

Importantíssimo ressaltar nesta teoria a possibilidade de responsabilizar o administrador público que não cumpra seus deveres de atuar para impedir os crimes contra os interesses difusos, especialmente os crimes ambientais e aqueles contra os consumidores e a economia popular, posto que assume a posição de garante em face da administração pública, atuando como seu representante.

5.1.6 Responsabilidade do representante no Direito brasileiro

No Direito brasileiro, não há adoção propriamente da teoria do "agir por outro", mas alguns de seus aspectos relevantes estão presentes para a criminalidade ambiental, por meio da Lei nº 9.605/98, que dispõe em seu art. 2º:

Art. 2º – Quem, de qualquer forma, concorrer para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida

da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

O que nos interessa para análise não é a disposição inicial, a respeito da co-autoria, mas a segunda parte do artigo que estipula a responsabilidade do representante da pessoa jurídica, por conduta omissiva, deixando de impedir a prática de um crime ambiental, quando podia evitá-la. Esse é um dos aspectos relevantes da teoria do "agir por outro", que vem disposto na legislação ambiental brasileira.

5.2 Possibilidade de transação penal e suspensão condicional do processo

Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarance Fernandes e Luiz Flávio Gomes demonstram a existência de um "novo paradigma" de Justiça criminal, fundado no consenso, que foi introduzido no Direito Penal brasileiro por meio da Lei nº 9.099/95, profundamente inovadora em nosso ordenamento jurídico, permitindo a transação penal entre Ministério Público e autor do fato, para os chamados crimes de menor potencial ofensivo.

Concluem os renomados autores:

Em síntese, estão lançadas as bases de um novo paradigma de Justiça criminal: os operadores do direito (juizes, promotores, advogados, autoridades policiais etc.) estão desempenhando um novo papel: o de propulsores da conciliação no âmbito penal, sob a inspiração dos princípios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade [...] (GRINOVER et al., 1999, p. 44)

Das diversas mudanças que o sistema penal vem sofrendo para adequar-se à nova realidade social e criminal, a ampliação, ou, no caso brasileiro, a admissão do *acordo penal*, é sem dúvida a mais relevante. Abandonamos o sistema formal, em que a

obrigatoriedade da ação penal vigorava plenamente, para admitirmos o *princípio da discricionariedade*, ainda que regrada, ou seja, limitada aos termos legais e realizada por proposta do Ministério Público, mas perante o Judiciário.

Com isso, há celeridade e eficácia na resposta penal para os delitos de menor potencial ofensivo, por meio da transação penal, bem como maior rapidez e qualidade para os crimes considerados mais graves, uma vez que a estrutura, a máquina do sistema penal, ficou desobstruída para investigação, processo e punição.

Além da possibilidade de transação, outro corolário deste paradigma é a *suspensão condicional do processo*, que também é realizada mediante acordo entre as partes, de acordo com a supervisão judicial e os requisitos previstos na lei (no caso brasileiro, a referida Lei nº 9.099/95), atingindo os crimes de menor potencial ofensivo e outros, dentro dos limites legais.

Na expressão de Costa Andrade (1992, p. 317 ss.), o novo modelo de Justiça criminal pressupõe a delimitação do "espaço de consenso" em face do "espaço de conflito", que deverá ser deixado para os crimes de maior gravidade, em que a lesão ao bem jurídico não comporte transação penal.

O referido autor, em obra diversa, analisa a estrutura lógica, normativa e dogmática do acordo penal, apontando que: "Decisiva neste plano é a idéia, já enfatizada, de que o acordo esclarecido e livre, longe de representar uma afronta ou sacrifício do bem jurídico protegido, mediatiza, pelo contrário, a sua plena realização." (idem, 1991, p. 507-508).

A disposição do bem jurídico-penal faz parte de sua própria conceituação, constituindo parte essencial de seu valor para o Direito, que, por meio da tipificação, realiza sua normatização. Ou seja, a realização da transação penal prevista em lei funciona como uma exclusão do tipo, prevista também de forma típica.

Em relação aos crimes praticados contra os bens jurídico-penais difusos, a possibilidade de transação penal deve ser ampla. A necessidade de rapidez e eficácia da resposta penal, para coibir essa criminalidade, impõe a adoção da transação e da suspensão condicional do processo. Evidentemen-

te, crimes considerados de especial gravidade não deverão receber benefícios legais, para possibilitar sanções mais rigorosas.

5.3 Transação penal e suspensão condicional do processo para os crimes contra bens jurídico-penais difusos no Direito brasileiro

O sistema jurídico brasileiro caminhou bem nessa questão, pois além de permitir genericamente a aplicação dos dispositivos da Lei nº 9.099/95, para toda a criminalidade, inclusive a dos interesses difusos, quando tratou especificamente dos crimes contra o meio ambiente, via Lei nº 9.605/98, também adotou a possibilidade da transação penal e da suspensão condicional do processo, nos seguintes artigos:

Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76, da lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 74 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

Art. 28. As disposições do art. 89 da lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, aplicam-se aos crimes de menor potencial ofensivo definidos nesta Lei, com as seguintes modificações:

I – a declaração de extinção de punibilidade, de que trata o § 5º do artigo referido no *caput*, dependerá de laudo de constatação de reparação do dano ambiental, ressalvada a impossibilidade prevista no inciso I do § 1º do mesmo artigo;

II – na hipótese do laudo de constatação comprovar não ter sido completa a reparação, o prazo de suspensão do processo será prorrogado, até o período máximo previsto no artigo referido no *caput*, acrescido de mais um ano, com suspensão do prazo da prescrição;

III – no período de prorrogação, não se aplicarão as condições dos incisos II, III e IV do § 1º do artigo mencionado no *caput*;

IV – findo o prazo de prorrogação, proceder-se-á à lavratura de novo laudo de constatação

de reparação do dano ambiental, podendo, conforme seu resultado, ser novamente prorrogado o período de suspensão, até o máximo previsto no inciso II deste artigo, observado o disposto no inciso III;

V – esgotado o prazo máximo de prorrogação, a declaração de extinção de punibilidade dependerá de laudo de constatação que comprove ter o acusado tomado as providências necessárias à reparação integral do dano.

Crimes de menor potencial ofensivo, conforme o art. 61, da Lei nº 9.099/95, são aqueles cuja pena máxima cominada em abstrato não seja superior a um ano. Analisando os crimes previstos na Lei Ambiental (Lei nº 9.605/98), notamos que metade deles está tipificada dessa forma. Portanto, a aplicação da transação penal é bastante ampla.

Entretanto, o referido art. 27, da Lei nº 9.605/98, traz um *requisito preliminar para a realização do acordo*. Trata-se da prévia composição do dano ambiental, salvo impossibilidade de fazê-lo. A ausência da composição, ou a proposta de composição parcial dos danos, impede que o Ministério Público formule a proposta de transação. Assim, o valor da reparação referente ao dano ambiental deve ser verificado mediante perícia, ressalvando-se que a perícia levada a efeito no inquérito civil ou no juízo cível poderá ser emprestada ao processo penal, nos termos do art. 19, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, ressalvando a possibilidade de impugnação do laudo.

Em relação à *suspensão condicional do processo* tivemos oportunidade de analisar da seguinte forma o referido dispositivo legal:

A redação do art. 28, *caput*, parece restringir a suspensão aos crimes de menor potencial ofensivo, quando dispõe que “as disposições do art. 89 da Lei nº 9.099/95, de 26 de setembro de 1995, aplicam-se aos crimes de menor potencial ofensivo definidos nesta Lei”. Ou seja, aparentemente, o *sursis* processual seria aplicável tão-só aos delitos cuja pena máxima cominada em abstrato não fosse superior a um ano (art. 61 da Lei nº 9.099/95). O rol de

infrações, a seguir tal interpretação literal, seria substancialmente reduzido. Não vemos razão para a restrição, especialmente se atentarmos para as finalidades do instituto despenalizador e a marcante tendência de busca de mecanismos para evitar o processo penal. Basta uma leitura do art. 28 da Lei Ambiental, especialmente dos incisos II a V, para constataremos a intenção do legislador em utilizar o instituto para alcançar a reparação do dano ambiental, proporcionando ao autor da infração ambiental sucessivas oportunidades para sua reparação. Ademais, como adverte Antonio Scarance Fernandes, tal interpretação restritiva tornaria praticamente ineficaz o art. 89 da Lei nº 9.099/95, em razão da transação penal. (PAZZAGLINI FILHO et al., 1999, p. 137)

Como vimos, o legislador tratou não somente de permitir a transação penal e a suspensão condicional do processo para os delitos ambientais, mas principalmente de condicionar a aplicação dos institutos à prévia reparação do dano ambiental, mostrando a eficácia da proteção penal do meio ambiente, não apenas para a prevenção dos delitos, mas também para a anulação dos efeitos danosos dos crimes praticados, fazendo que o meio ambiente volte a ser como antes.

5.4 Aplicação das penas alternativas

Bustos Ramírez (op. cit., p. 91) parte dos seguintes pressupostos para analisar a aplicação das penas alternativas:

- a) La pena privativa de libertad es inútil y además perjudicial personal e socialmente.
- b) La pena privativa de libertad en el estadio actual del Estado no resulta suprimible y no hay posibilidad de asumir su supresión.
- c) La pena privativa de libertad es posible reducirla mediante medidas sustitutivas y alternativas.

René Ariel Dotti (1998, p. 137), por sua vez, aponta:

Ao Estado social – que não se deve transformar em autoritário, mas manter-se democrático e de Direito – impõe-se a obrigação de respeitar uma série de limites no sentido de que a prevenção será exercida em benefício e sob o controle de todos os cidadãos. Como lembra Mir Puig, se o Direito Penal liberal atribui à pena tanto a função, conforme estivesse a serviço do sujeito empírico ou do homem ideal, o Direito Penal do Estado social não poderia senão conferir à pena a função preventiva.

Figueiredo Dias (1999, p. 129) destaca que:

A base irrenunciável da solução que aqui defendendo para o problema dos fins da pena reside, pois, em que estes só podem ter natureza preventiva – seja de prevenção geral, positiva ou negativa, seja de prevenção especial, positiva ou negativa –, não natureza retributiva.

Antolisei (1997, p. 687) completa o pensamento da seguinte forma:

Orbene, il quesito che sorge anzitutto è questo: quale scopo si propone lo Stato allorché statuisce una pena per chi violi un comando? Non ci sembra che la risposta a tale domanda possa dar luogo a serie incertezze: il legislatore, col minacciare una pena, la quale per sua natura implica sempre una sofferenza, mira ad esercitare sui consociati una coazione psicologica affinché si astengano dal violare il comando: vuole scoraggiarli, dissuaderli da ciò, creando in essi un motivo di inibizione. La funzione della pena in questo momento non è e non può essere che la prevenzione generale dei reati. Dubitare di ciò, a nostro avviso, sarebbe quasi come mettere in dubbio l'esistenza del sole.

A Lei de Execução Penal brasileira (Lei nº 7.210/84) está em correspondência com a moderna visão sobre o caráter da sanção penal, ao estabelecer: “Art. 1º – A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração

social do condenado e do internado". Dentro dessa visão preventiva da sanção penal, a substituição da pena privativa de liberdade pelas chamadas "penas alternativas" vem ganhando espaço em todas as legislações.

Em relação aos interesses difusos, a criminalidade praticada que os atinge inclui-se naquelas em que a pena privativa de liberdade não significa a resposta mais adequada do Direito Penal, devendo ser aplicadas sanções alternativas, buscando a prevenção geral e especial, em relação ao criminoso, sem falar nas sanções dirigidas às pessoas jurídicas, em que a incompatibilidade da sanção privativa de liberdade é manifesta.

As sanções de caráter pecuniário e as restrições de direitos são mais eficazes para a prevenção dos crimes contra o meio ambiente, o consumidor, a infância e juventude etc.

5.5 Aplicação das penas alternativas para os crimes contra bens jurídico-penais difusos no Direito brasileiro

A Lei nº 9.714/98 modificou a Parte Geral do Código Penal (CP), ampliando o rol e a aplicação das chamadas penas alternativas, determinando serem estas autônomas e substitutivas da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, quando o crime não for praticado com violência ou grave ameaça à pessoa, ou qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos (arts. 43 e 44, do CP).

A Parte Geral do CP pode ser aplicada para os crimes em geral, inclusive para aqueles referentes aos interesses difusos. No entanto, especificamente para os crimes ambientais, a já referida Lei nº 9.605/98 dispõe expressamente:

Art. 7º – As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando:

I – tratar-se de crime culposos ou for aplicada pena privativa de liberdade inferior a quatro anos;

II – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do crime indicarem que a substituição seja suficiente

para efeitos de reprovação e prevenção do crime.

Parágrafo único – As penas restritivas de direitos a que se refere este artigo terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída.

Art. 8º – As penas restritivas de direitos são:

I – prestação de serviços à comunidade;

II – interdição temporária de direitos;

III – suspensão parcial ou total de atividades;

IV – prestação pecuniária;

V – recolhimento domiciliar.

Portanto, as penas restritivas de direitos, substitutivas da pena privativa de liberdade, também estão previstas com larga aplicação para os crimes ambientais, seguindo nossa legislação a tendência atual do Direito Penal para a criminalidade contra os interesses difusos.

SMANIO, G. P. criminal injunction principles of diffuse interests or rights. *Rev. Justitia (São Paulo)*, v. 197, p. 213-236, jul./dez. 2007.

• **ABSTRACT:** We propose a triple classification of criminal legal-criminal property: a) legal-criminal property of individual nature, regarding individuals, of which they are available without affecting other individuals. Therefore they are legal property that can be divided regarding the holder. As example of it, we mention life, physical integrity, property, honor, etc.; b) legal-criminal property of collective nature, regarding community, so that individuals have not access to it without affecting other holders of the legal property. Therefore, they cannot be divided regarding the holders. In Criminal Law, collective nature property are included within public interests. Examples of it are public safety, public peace etc.; c) legal criminal property of diffuse nature, also regarding society as a whole, so that individuals have no access to it without affecting the community. They also are indivisible regarding holders. Diffuse nature property brings *social conflictuality* which opposes several groups of society, such as *environmental protection*, that opposes, for instance, industrial

economic interests and the environmental preservation interest, or *consumption relations protection*, in which suppliers and consumers are opposed, *public health protection*, regarding food and medicine production, *protection of popular economy, of childhood and youth, of the elder etc.* The reality of current social life shows the importance of diffuse interests in society coexistence, therefore the need of its criminal protection. We highlight, then, *four basic principles of criminal injunction of diffuse interests*: a) legal person criminal responsibility; b) personal responsibility of legal person representative, whether regarding public or private right; c) the possibility of criminal transaction and of stay of proceedings, and d) the application of alternative criminal sanctions.

• **KEYWORDS:** Criminal. Injunction. Property. Principles. Diffuse. Interests. Collective. Rights.

Referências bibliográficas

- ANTOLISEI, Francesco. *Manuale di diritto penale: parte generale*. 14. ed. Atualizada por CONTI, Luigi. Milão: Giuffrè, 1997.
- ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello. *Societas delinquere potest: revisão da legislação comparada e estado atual da doutrina*. In: GOMES, Luiz Flávio. (Coord.). *Responsabilidade penal da pessoa jurídica e medidas provisórias e direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- _____. *Dos crimes contra a ordem econômica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- ASSIS TOLEDO, Francisco de. *Princípios básicos de direito penal*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- BAIGÚN, David. *Naturaleza de la acción institucional en el sistema de la doble imputación: responsabilidad penal de las personas jurídicas*. In: BAIGÚN, David et al. (Coords.). *De las penas*. Buenos Aires: Depalma, 1997.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 2. ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *A ação popular do direito brasileiro como instrumento de tutela jurisdicional dos chamados interesses difusos*. In:

MOREIRA, Barbosa. *Temas de direito processual*. São Paulo: Saraiva, 1977.

BARROS, Flavio Augusto Monteiro de. *Direito penal: parte geral*. São Paulo: Saraiva, 1999. v. 1.

BASTOS, Celso. *A tutela dos interesses difusos no direito constitucional brasileiro*. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 23.

_____. *Curso de direito constitucional*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988. v. 6.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus.

BENJAMIN, Antonio Herman V. *A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico*. In: *Ação civil pública – Lei 7.347/85: reminiscências e reflexões após dez anos de aplicação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

_____. *A tutela das pessoas portadoras de deficiência pelo ministério público*. In: *Direitos da pessoa portadora de deficiência*. São Paulo: Max Limonad, 1997.

_____. *Introdução ao direito ambiental brasileiro*. In: *Manual prático da promotoria de justiça do meio ambiente*. São Paulo: Ministério Público – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, 1999.

BIRNBAUM, Johann Michael Franz. *Über das erfordernis einer rechtsverletzung zum begriff des verbrechens*. In: COSTA ANDRADE, Manuel da. *Consentimento e acordo em direito penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991. p. 51-53.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Manual de direito penal: parte geral*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. *Reflexões sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica*. In: GOMES, Luiz Flávio (Coord.). *Responsabilidade penal da pessoa jurídica e medidas provisórias e direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BRUNO, Aníbal. *Direito penal: parte geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959. t. 2. v. 1.

BUSTOS RAMIREZ, Juan. *Manual de derecho penal español: parte general*. Barcelona: Ariel, 1984.

CAMARGO FERRAZ, Antonio Augusto Mello. *Interesse público, interesse difuso e defesa do consumidor*. In: *Justitia*, São Paulo, v. 137, p. 49-56, jan./mar. 1987.

CAMARGO FERRAZ, Antonio Augusto Mello. MILARÉ, Édís, NERY JR., Nelson. *A ação civil pública e a tutela jurisdicional dos interesses difusos*. São Paulo: Saraiva, 1984.

CANOTILHO, J. J. Gomes, MOREIRA, Vital. *Constituição da república portuguesa anotada*. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1993.

_____. *Fundamentos da constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998.

CAPPELLETTI, Mauro. Formazioni sociali e interessi di gruppo davanti alla giustizia civile. *Rivista di Diritto Processuale Civile*, n. 30. Pádua: Cedam, 1975.

CASTRO E SOUZA, João. *As pessoas colectivas em face do direito criminal e do chamado "direito de mera ordenação social"*. Coimbra: Coimbra Editora, 1985.

CEREZO MIR, J. *Curso de derecho penal español*. Madrid: Tecnos, 1985. v. 1.

CERNICCHIARO, Luiz Vicente, COSTA JÚNIOR, Paulo José da. *Direito penal na constituição*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

COLAÇO ANTUNES, Luís Filipe. *A tutela dos interesses difusos em direito administrativo*. Coimbra: Almedina, 1989.

COMPARATO, Fábio Konder. *Direito público: estudos e pareceres*. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. *Novas funções judiciais do estado moderno*. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 614, p. 14-22, 1986.

COSTA ANDRADE, Manuel da. Consenso e oportunidade. In: *Jornadas de direito processual penal: o novo código de processo penal*. Coimbra: Almedina, 1992.

_____. *Consentimento e acordo em direito penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

DAVID ARAÚJO, Luiz Alberto. *A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: Coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência – Corde, 1994.

DÍAZ, Cláudia Lopez. *Introducción a la imputación objetiva*. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 1996. (Colección de estudios n. 5.)

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

DOTTI, René Ariel. A incapacidade criminal da pessoa jurídica. *Revista brasileira de ciências criminais*, v. 11, 1995.

_____. A tutela penal dos interesses coletivos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (Coord.). *A tutela dos interesses difusos*. São Paulo: Max Limonad, 1984.

_____. *Bases e alternativas para o sistema de penas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

DOURADO DE GUSMÃO, Paulo. *Introdução à ciência do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

DUEK MARQUES, Oswaldo Henrique. A responsabilidade da pessoa jurídica por ofensa ao meio ambiente. *Boletim IBCCrim*, n. 65, edição especial, abr. 1998.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Juizados especiais criminais*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Pánel – Debates. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (Coord.). *A tutela dos interesses difusos*. São Paulo: Max Limonad, 1984.

FERREIRA, Ivete Senise. *A tutela penal do patrimônio cultural*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

FERREIRA MONTE, Mário. *Da proteção penal do consumidor*. Coimbra: Almedina, 1996.

FERRI, Enrico. *Princípios de direito criminal: o criminoso e o crime*. Trad. Paolo Capitanio. Campinas: Bookseller, 1996.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de. *Questões fundamentais do direito penal revisitadas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de; COSTA ANDRADE, Manuel da. *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Direitos difusos e coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

FILOMENO, José Geraldo Brito et al. *Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 5. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1997.

_____. *Manual de direitos do consumidor*. São Paulo: Atlas, 1999.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. A ação civil pública e a defesa dos direitos constitucionais difusos. In: *Ação civil pública – Lei 7.347/85: reminiscências e reflexões após dez anos de aplicação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

_____. *Os sindicatos e a defesa dos interesses difusos no direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

FILOMENO, José Geraldo Brito; RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de direito ambiental e legislação aplicável*. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FILOMENO, José Geraldo Brito; RODRIGUES, Marcelo Abelha, ANDRADE NERY, Rosa Maria. *Direito processual ambiental brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal: parte geral*. 14. ed. ver. e atual. por Fernando Fragoso. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

FREDERICO MARQUES, José. *Tratado de direito penal: da infração penal*. Atualizado por Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, Guilherme de Souza Nucci e Sérgio Eduardo Mendonça de Alvarenga. Campinas: Bookseller, 1997. v. 2.

FREITAS, Gilberto Passos. A tutela penal do meio ambiente. In: *Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

GIANNINI, Massimo Severo. La tutela degli interessi collettivi nei procedimenti amministrativi. *Riv. Dir. Proc.*, 1974.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *Juizados especiais criminais*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

GOMES, Luiz Flávio. *Juizados especiais criminais*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A problemática dos interesses difusos. In: _____. (Coord.). *A tutela dos interesses difusos*. São Paulo: Max Limonad, 1984.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Juizados especiais criminais*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Verbete: Interesses difusos. In: *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, v. 45.

HORTA, Raul Machado. *Estudos de direito constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao código penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958. v. 1, t. 2.

JAKOBS, Günther. *Derecho penal: parte general*. Trad. Joaquín Cuello Contreras e Jose Luis Serrano Gonzalez de Murillo. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 1997.

_____. *La imputación objetiva en derecho penal*. Trad. Manuel Cancio Meliá. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 1998. (Colección de estudios n. 1.)

JESCHECK, Hans-Heinrich. *Tratado de derecho penal: parte general*. 4. ed. Trad. José Luis Manzanares Samaniego. Granada: Comares, 1993.

JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito penal*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. v. 1.

JIMENEZ DE ASÚA, L. *Tratado de derecho penal*. Buenos Aires: Losada, 1964. t. 1.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses difusos*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MANZINI, Vincenzo. *Trattato di diritto penale italiano*. 5. ed. Turim: Torinese, 1981. v. 1.

MARINUCCI, Giorgio, DOLCINI, Emilio. *Corso de diritto penale*. 2. ed. Milão: Giuffrè, 1999. v. 1.

MARIZ DE OLIVEIRA JR., Waldemar. Tutela jurisdicional dos interesses coletivos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (Coord.). *A tutela dos interesses difusos*. São Paulo: Max Limonad, 1984.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

MILARÉ, Édís. *A ação civil pública e a tutela jurisdicional dos interesses difusos*. São Paulo: Saraiva, 1984.

MIR PUIG, Santiago. *Derecho penal: parte general*. 5. ed. Barcelona: Reppertor, 1998.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de direito penal: parte geral*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MIRRA, Alvaro Luiz Valery. A coisa julgada nas ações para a tutela de interesses difusos. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 631, p. 71-82, 1988.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Direitos humanos fundamentais*. São Paulo: Atlas, 1997.

MUÑOZ CONDE, Francisco, GARCÍA ARÁN, Mercedes. *Derecho penal: parte general*. 3. ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 1998.

NERY JR., Nelson. *A ação civil pública e a tutela jurisdicional dos interesses difusos*. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. *Princípios do processo civil na constituição federal*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

NERY JR., NERY, Rosa. *Código de processo civil anotado*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

NORONHA, Edgard Magalhães. *Direito penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1974.

PAGLIARO, Antonio. *Principi di diritto penale: parte generale*. 6. ed. Milano: Giuffrè, 1998.

- PAZZAGLINI FILHO, Marino et al. *Juizado especial criminal*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- PIERANGELI, José Henrique. *Escritos jurídico-penais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- PIERANGELI, José Henrique; ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Manual de direito penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- PRADE, Péricles. *Conceito de interesses difusos*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.
- RAMÍREZ, Juan Bustos. La problemática de las medidas sustitutivas y alternativas. In: BAIGÚN, David et al. (Coords.). *De las penas*. Buenos Aires: Depalma, 1997.
- REALE JÚNIOR, Miguel. *Novos rumos do sistema criminal*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1969. v. 2.
- REGIS PRADO, Luiz. *Bem jurídico-penal e constituição*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- _____. *Curso de direito penal brasileiro*: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- REIS BRAVO, Jorge dos. *A tutela penal dos interesses difusos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
- ROTHENBURG, Walter Claudius. *A pessoa jurídica criminosa*. Curitiba: Juruá, 1997.
- ROXIN, Claus. *Derecho penal*: parte general. Trad. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 1999. t. 1.
- SANCINETTI, Marcelo A. Responsabilidad por acciones o responsabilidad por resultados? *Cuadernos de conferencias y artículos*, Universidad Externado de Colômbia, n. 9, 1996.
- SANCTIS, Fausto Martin de. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. A responsabilidade penal da pessoa jurídica e nossa recente legislação. In: GOMES, Luiz Flávio (Coord.). *Responsabilidade penal da pessoa jurídica e medidas provisórias e direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- _____. *Direito ambiental constitucional*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- SMANIO, Gianpaolo Poggio. *Interesses difusos e coletivos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- _____. *Juizado especial criminal*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SOSA, Angel Landoni. Legitimación para la defensa de los intereses difusos. In: XI CONGRESO NACIONAL DE DERECHO PROCESAL, T. II/1.155-1.180. La Plata, 1981.
- SOUZA, Luiz Antonio. *Tutela criminal difusa*. Tese (Mestrado) – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC, 1999.
- SPITZCOVSKY, Celso, MOTA, Leda Pereira. *Curso de direito constitucional*. 4. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.
- TELLES JUNIOR, Goffredo. *O direito quântico*. 5. ed. São Paulo: Max Limonad, 1980.
- TIEDEMANN, Klaus. Responsabilidad penal de personas jurídicas y empresas en el derecho comparado. In: GOMES, Luiz Flávio (Coord.). *Responsabilidade penal da pessoa jurídica e medidas provisórias e direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- VIGORITI, Vincenzo. *Interessi collettivi e processo*. Milano: Giuffrè, 1979.
- WATANABE, Kazuo et al. *Código brasileiro do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 5. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1997.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Tratado de derecho penal*: parte general. Buenos Aires: Ediar, 1981. t. 3.